PREFEITURA MUNICIPAL DE ARTUR NOGUEIRA

(Berço da Amizade)

"PAÇO MUNICIPAL PREFEITO JACOB STEIN"

Rua 10 de Abril, 629 - Centro - Artur Nogueira - SP - CEP 13160-000

CNPJ 45.735.552/0001-86 Fone/Fax (19) 3827-9700

e-mail: contato@arturnogueira.sp.gov.br site: www.arturnogueira.sp.gov.br

LEI N.º 2.889

"ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE ARTUR NOGUEIRA PARA O EXERCÍCIO DE 2008"

MARCELO CAPELINI, Prefeito do Município de Artur Nogueira, comarca de Mogi Mirim, estado de São Paulo, no uso de minhas atribuições e prerrogativas legais,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O orçamento geral do Município de Artur Nogueira, para o exercício financeiro de 2008, abrangendo o orçamento fiscal e da Seguridade Social, estima a receita e fixa a despesa em R$ **48.907.614,95** (quarenta e oito milhões, setecentos e cinqüenta e sete mil, seiscentos e quatorze reais e noventa e cinco centavos), assim distribuídos:

A) Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, da Administração Direta. R$ 40.784.726,95;

B) Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, da Administração Indireta, Fundo Municipal de Previdência de Artur Nogueira e do Serviço de Água e Esgoto de Artur Nogueira - R$ 8.122.888,00.

I – ADMINISTRAÇÃO DIRETA	
1 - RECEITAS CORRENTES	
1.1 - Receita Tributária	5.430.000,00
1.2 - Receita de Contribuições	1.753.000,00
1.3 - Receita Patrimonial	505.000,00
1.4 - Receita de Serviços	491.000,00
1.7 - Transferências Correntes	34.990.555,00
1.9 - Outras Receitas Correntes	1.305.000,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	
2.1 – Operações de Crédito	150.000,00
2.4 – Transferências de Capital	0,00
9.7 – Dedução para Formação do FUNDEF	3.839.828,05
TOTAL	**40.784.726,95**

Continuação da Lei Municipal n.º 2.889/2.007

II- ADMINISTRAÇÃO INDIRETA - FUNPREMAN	
1. RECEITAS CORRENTES	
1.2- Receita de Contribuições	2.926.353,00
1.3- Receita Patrimonial	990.000,00
1.9- Outras Receitas Correntes	594.935,00
TOTAL	**4.511.288,00**
II- ADMINISTRAÇÃO INDIRETA - SAEAN	
1. RECEITAS CORRENTES	
1.3 - Receita Patrimonial	6.600,00
1.4 - Receita de Serviços	3.161.500,00
1.9 - Outras Receitas Correntes	443.500,00
TOTAL	**3.611.600,00**

Art. 2º A receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, transferências, e outras rendas provenientes de receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e das especificações constantes do quadro "RECEITA", obedecendo ao seguinte desdobramento:

Art. 3º A despesa será realizada segundo a discriminação dos quadros "Programa de Trabalho" e "Natureza da Despesa", que apresentam os seguintes desdobramentos:

a) POR FUNÇÃO DE GOVERNO	
I - DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	
01 – Legislativa	773.520,00
02 – Judiciária	288.400,00
04 – Administração	5.606.097,00
06 – Segurança Pública	1.368.700,00
08 – Assistência Social	1.366.727,00
10 – Saúde	9.779.818,50
12 – Educação	13.303.554,45
13 – Cultura	341.610,00
15 – Urbanismo	5.285.300,00
20 – Agricultura	213.600,00

Continuação da Lei Municipal n.º 2.889/2.007

25 - Energia	1.003.000,00
26 – Transportes	568.600,00
27 – Desporto e Lazer	415.800,00
99 – Reserva de Contingência	500.000,00
TOTAL	**40.814.726,95**

II- ADMINISTRAÇÃO INDIRETA - FUNPREMAN	
04 – Administração	263.800,00
09 – Previdência Social	1.603.800,00
99 – Reserva Financeira RPPS	2.643.688,00
TOTAL	**4.511.288,00**

II- ADMINISTRAÇÃO INDIRETA – SAEAN	
17 – Saneamento	3.581.600,00
99 – Reserva de Contingência	30.000,00
TOTAL	**3.611.600,00**

b) POR NATUREZA DA DESPESA	
I- ADMINISTRAÇÃO DIRETA	
3.1 - Pessoal e Encargos Sociais	17.400.224,45
3.2 - Juros e Encargos da Dívida	629.000,00
3.3 – Outras Despesas Correntes	14.022.902,50
4.4 – Investimentos	6.820.600,00
4.6 – Amortização de Dívidas	1.412.000,00
9.9 – Reserva de Contingência	470.000,00
TOTAL	**40.754.726,95**

II- ADMINISTRAÇÃO INDIRETA - FUNPREMAN	
3.1 – Pessoal e Encargos Sociais	1.743.200,00
3.3 – Outras Despesas Correntes	116.700,00
4.4 – Investimentos	7.700,00
7.7 – Reserva Financeira RPPS	2.643.688,00
TOTAL	**4.511.288,00**

II- ADMINISTRAÇÃO INDIRETA – SAEAN	
3.1 - Pessoal e Encargos Sociais	902.560,00

Continuação da Lei Municipal n.º 2.889/2.007

3.3 – Outras Despesas Correntes	2.353.040,00
4.4 – Investimentos	326.000,00
9.9 – Reserva de Contingência	30.000,00
TOTAL	**3.611.600,00**

Art. 4º Nos termos do artigo 13 da Lei municipal n.º 2870/07 (Lei das Diretrizes Orçamentárias), fica o Poder Executivo autorizado a:

I) realizar operação de crédito por antecipação da receita orçamentária, obedecida a Legislação em vigor;

II) abrir créditos adicionais suplementares correspondentes a até 30% (trinta por cento) do total do orçamento da despesa;

III) contingenciar parte das dotações orçamentárias, quando a evolução da receita comprometer os resultados previstos.

IV) conceder a órgãos federais e estaduais e municipais, de acordo com as disponibilidades financeiras, recursos para despesas de seus custeios, inclusive cessão de servidores, nos termos do artigo 62 da Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000, (Lei Responsabilidade Fiscal).

VI) Firmar parceria através de convênio ou contrato de gestão, com entidades filantrópicas ou pessoas jurídicas de direito privado, visando fomentar atividades relacionadas às áreas de ensino, pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, proteção e preservação do meio ambiente, cultura, esportes e saúde (Artigo 199, § 1°, da C.F).

§ 1° Exclui-se do limite referido no inciso II, deste artigo, os créditos adicionais suplementares:

a) destinados a suprir insuficiência nas dotações referentes a precatórios judiciais;

b) destinados suprir insuficiência nas dotações referentes ao serviço da dívida

c) destinados a suprir insuficiência nas dotações de pessoal e seus reflexos

d) destinados a adaptação dos cargos na reforma administrativa

§ 2° - a abertura dos créditos adicionais suplementares de que trata este artigo fica condicionada à existência de recursos que atendam a suplementação, nos termos do artigo 43 da Lei Federal n° 4320 de 17 de março de 1964.

§ 3° - Para realização de transposição, remanejamento ou transferências de recursos, no âmbito da mesma categoria de programação e dos mesmos órgãos, autorizados pelo art. 167, inciso VI da Constituição Federal, consideram-se:

I – Órgão, o primeiro nível da classificação institucional da despesa;

Continuação da Lei Municipal n.º 2.889/2.007

II – Categoria de programação, a classificação da despesa por programa, projeto, atividade ou operação especial, conforme conceito constante do art. 3º, § 4º da Lei Federal n.º 10.266, de 24 de julho de 2001.

Art. 5º Fica igualmente o Poder Legislativo, autorizado proceder à abertura de créditos adicionais suplementares para o seu orçamento, utilizando-se como recursos os provenientes de anulações parciais ou totais de suas dotações orçamentárias obedecidas o limite estabelecido no inciso II do artigo 4º.

Art. 6º A vinculação das receitas e despesas às fontes de recursos conforme os grupos das fontes de recursos e códigos de aplicação serão encaminhados à Câmara e disponibilizados na rede mundial de computadores até 30 dias após a aprovação desta Lei.

Art. 7º Ficam contingenciadas a partir de 1º de Janeiro de 2008 as dotações orçamentárias referentes a convênios e operações de crédito previsto até a data de sua contratação.

Art. 8º Fica ainda o Poder Executivo autorizado a suplementar dotações através das quais se realize despesas em virtude de operações de crédito, recursos a Fundo Perdido, e de Convênios, até o estrito limite de sua repercussão na receita orçamentária Municipal.

Art. 9º Esta lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2008.

Art. 10 Revogam-se as disposições em contrario.

Paço Municipal "Prefeito Jacob Stein", 19 de Dezembro de 2007.

MARCELO CAPELINI
Prefeito

Autor do Projeto de Lei n.º 042/2007: Senhor MARCELO CAPELINI, Prefeito Municipal.

Publicado por afixação, no quadro próprio de editais, no Paço Municipal "Prefeito Jacob Stein", na data supra, com redação oriunda do autógrafo n.º 2.547.

MAURO ALVES DA VINHA
Chefe de Gabinete

MARCOS DANIEL CAPELINI
Secretário de Negócios Jurídicos